

**De que falamos quando falamos de preconceito contra a homoparentalidade:
Atitudes face à competência parental e ao desenvolvimento psicossocial das
crianças.**

Jorge Gato

[Diapositivo 1]

Gostava de partilhar hoje convosco alguns resultados do doutoramento que iniciei em 2008, na Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto, com orientação da Professora Doutora Anne Marie Fontaine, co-orientação do Professor Doutor Nuno Carneiro, e apoio da Fundação para a Ciência e Tecnologia.

Como podem ver, o mote para esta apresentação foi dado pela última parte do título desta conferência, isto é, “largar o preconceito”. Assim, de que falamos quando falamos de preconceito contra a homoparentalidade? Mais concretamente, quais são as atitudes face à competência das lésbicas e gays enquanto mães e pais, por um lado, e do desenvolvimento psicossocial dos seus filhos, por outro?

[Diapositivo 2]

Muito brevemente, gostaria de situar a apresentação de hoje no contexto da investigação que estou a desenvolver e que se desenrola em duas vertentes. Uma, ainda a decorrer, refere-se à percepção que mães e pais LGB têm da sua interação com profissionais da rede social e com a comunidade em geral. Uma outra vertente, que se iniciou em 2008 e sobre a qual versa a apresentação de hoje, que diz respeito à forma como a parentalidade lésbica e gay é vista por um conjunto de pessoas, que nas suas áreas específicas de intervenção, lidarão com famílias.

Porquê a escolha desta população?

Uma primeira ordem de razões, prende-se com o que não está escrito, com o que se ouve, com o que se diz... Falo das minhas experiências enquanto aprendiz e enquanto profissional, das discussões nas aulas, das conversas com outros técnicos, em que, de forma mais ou menos subtil, o preconceito, quer contra as pessoas LGBT, quer contra a homoparentalidade, acabava por emergir. Falo também da falta de informação ou da

abordagem tangencial, apressada e insuficiente a estas temáticas, nos currícula formais dos cursos que fui frequentando.

Uma segunda ordem de razões para a escolha desta população, tem a ver com o que se sabe e o que está estudado sobre as representações sociais de algumas classes profissionais, relativamente às pessoas LGBT. Não podia deixar de salientar, a este propósito, o trabalho inspirador de Gabriela Moita que, ao analisar o discurso de um conjunto de técnicos de saúde mental portugueses, verificou que estes detinham ainda uma visão da homossexualidade como uma orientação “não natural”, resultado de um défice ou uma falha desenvolvimental. Este estudo permitiu ainda constatar uma tendência, por parte dos psicólogos e psiquiatras ouvidos, para avaliar os clientes não heterossexuais como mais individualistas, agressivos ou com mais dificuldades de relacionamento, do que os clientes heterossexuais, e para ignorar dimensões mais positivas ou contextuais que poderiam estar associadas às orientações não heterossexuais. Perante estes resultados, mais relevante ainda se tornou a questão: e o que pensarão as pessoas que são formadas para lidar com adultos e crianças, nas suas diferentes áreas de especialização, acerca da homoparentalidade?

[Diapositivo 3]

Com o objectivo de obter uma amostra o mais diversificada possível, que nos permitisse generalizar, com alguma segurança, as conclusões do estudo para a população em questão, deslocámo-nos a 12 instituições de ensino superior, de diversas áreas do país, inquirindo cerca de 1300 alunos, prestes a iniciar a sua prática profissional, dos cursos de Medicina, Enfermagem, Psicologia, Serviço Social, Educação Social, Ensino Básico, Educação de Infância, Sociologia e Direito.

Para averiguar o que pensavam os participantes acerca da homoparentalidade, recorremos a uma metodologia de carácter experimental, com a qual se procurou minimizar o efeito da deseabilidade social nas respostas dos sujeitos. Assim, em vez de se solicitarem directamente opiniões sobre a temática em questão, cada participante leu uma história com a descrição de uma situação de adopção fictícia, na qual os candidatos eram descritos como aptos para exercer a parentalidade, sendo depois solicitada a sua opinião sobre essa situação.

Foram assim distribuídas aleatoriamente pelos participantes histórias exactamente iguais no conteúdo, mas diferentes no que diz respeito à orientação sexual dos candidatos a adoptantes, ao seu estatuto conjugal e também ao sexo da criança a adoptar.

[Diapositivo 4]

Podem ver no diapositivo a reprodução de uma dessas vinhetas, respeitante a um casal de lésbicas, a Clara e a Margarida, que pretendem adoptar um rapaz, o Rui.

Apenas um pequeno parênteses para referir que, existindo diversas vias de acesso à homoparentalidade, foi escolhida uma situação de adopção porque tem a vantagem de uniformizar as condições de partida para exercer um papel parental, independentemente da orientação sexual e estatuto conjugal das pessoas retratadas, permitindo estabelecer comparações entre a hetero e a homoparentalidade. Trata-se também de uma situação necessariamente fictícia pois não tem em conta os limites estabelecidos pela lei portuguesa, por exemplo, no que diz respeito à adopção por casais do mesmo sexo.

[Diapositivo 5]

Uma vez que as atitudes relativamente à homoparentalidade dizem respeito às opiniões, quer sobre lésbicas e gays enquanto mães e pais, quer sobre o desenvolvimento psicossocial dos seus filhos, considerámos importante incluir estes dois aspectos no nosso estudo. Assim, depois de ler a história, cada participante respondia a dois questionários. Num deles, era convidado a antecipar diversos aspectos da competência parental dos candidatos; num outro, diversos aspectos do desenvolvimento psicossocial da criança adoptada. Foram ainda avaliadas outras variáveis que a literatura demonstrou estarem associadas às atitudes face à homoparentalidade, como os valores sociais, as atitudes face aos papéis de género, as atitudes face a lésbicas e a gays, o contacto interpessoal com pessoas LG, entre outros.

Passamos então a partilhar alguns, necessariamente uma ínfima parte, dos resultados obtidos com esta metodologia.

[Diapositivo 6]

Procurou-se, neste estudo, averiguar em que medida a orientação sexual e estatuto conjugal dos candidatos a adoptantes retratados na vinheta, influenciava a percepção que os participantes tinham dos seguintes aspectos:

- (1) apoio social da comunidade;
- (2) capacidade de transmitir valores;
- (3) probabilidade de a criança ser vítima de abuso sexual;
- (4) estabilidade emocional dos candidatos a adoptantes;
- (5) preocupação com as competências parentais dos candidatos;
- (6) probabilidade de atribuição da custódia da criança aos candidatos em questão.

[Diapositivo 7]

Muito sucintamente, reportamos apenas alguns resultados respeitantes ao impacto da orientação sexual dos candidatos retratados na vinheta. Assim, constatou-se que a homoparentalidade foi avaliada mais positivamente do que a heteroparentalidade em dois casos, sucedendo o inverso em três outros.

Por um lado, os participantes manifestaram uma menor preocupação com as competências parentais de lésbicas e gays, percebendo também uma menor probabilidade de abuso sexual nestes casos.

Por outro lado, os participantes consideraram que lésbicas e gays receberiam menos apoio da comunidade, teriam menor capacidade de transmitir valores, atribuindo também com menor probabilidade a custódia da criança.

[Diapositivo 8]

Estes resultados permitem concluir, em primeiro lugar, que os julgamentos que os participantes fazem da competência parental dos candidatos, são influenciados pela orientação sexual dos mesmos.

As candidatas lésbicas e os candidatos gays não são genericamente vistos como incompetentes, sendo até avaliados mais positivamente em duas dimensões. No entanto,

os participantes atribuem com maior probabilidade a custódia aos candidatos heterossexuais.

Provavelmente, o factor que pesou nesta decisão terá a ver com a menor probabilidade de apoio social que é percebido relativamente a lésbicas e a gays, mesmo que todos os candidatos tenham sido descritos como recebendo o apoio da família, amigos e vizinhos.

Parece-nos que esta avaliação é sobretudo protectora da identidade dos participantes, identidade essa que se quer não preconceituosa. Isto é, lésbicas e gays não são considerados incompetentes enquanto mães e pais, o problema reside numa sociedade que ainda discrimina.

Resta acrescentar que, se estes resultados se observaram com a utilização de uma situação fictícia, em que os candidatos reúnem as condições ideais para a parentalidade, perante realidades familiares necessariamente imperfeitas, é de esperar que estes preconceitos possam vir a assumir um papel mais proeminente.

[Diapositivo 9]

O objectivo deste estudo foi averiguar a existência de um dos preconceitos mais comumente expressos acerca da homoparentalidade e que se relaciona com o desenvolvimento psicosexual das crianças.

Procurámos então verificar em que medida a orientação sexual dos candidatos a adoptantes e o sexo da criança a adoptar influenciavam a percepção que os participantes tinham do desenvolvimento psicosexual da criança, no que diz respeito às suas três componentes: identidade de género, orientação sexual e comportamento de género. Averiguou-se ainda se o facto de os participantes serem homens ou mulheres influenciava as suas respostas.

[Diapositivo 10]

Os participantes, particularmente os homens, mostraram-se mais apreensivos acerca do desenvolvimento psicossocial normativo de crianças adoptadas por lésbicas e gays, do que daquele de crianças adoptadas por pessoas heterossexuais, isto é, eram da opinião que uma criança adoptada por um casal do mesmo sexo teria maior probabilidade de ser lésbica ou gay, de desenvolver gostos e actividades tradicionalmente associados ao sexo oposto, desenvolvendo também, com maior probabilidade, uma identidade de género não consonante com o seu sexo biológico.

No que diz especificamente respeito à orientação sexual, os participantes consideraram que uma rapariga adoptada por duas mulheres teria maior probabilidade de vir a ser lésbica e que um rapaz adoptado por dois homens de vir a ser gay.

[Diapositivo 11]

Quer homens, quer mulheres consideraram que o comportamento de género normativo de um rapaz adoptado por duas mulheres estaria mais em risco. Os homens também evidenciaram esta preocupação, quando o rapaz era adoptado por dois homens, sobressaindo deste resultado uma maior preocupação com a aquisição da masculinidade do que com a da feminilidade.

Estando fora do âmbito desta apresentação a interpretação destes resultados (para tal, remetemos quem possa estar interessado, para o trabalho em questão), da sua leitura ressalta a persistência de percepções erróneas acerca do desenvolvimento psicossocial de crianças adoptadas por casais do mesmo sexo, particularmente por parte dos participantes do sexo masculino e relativamente aos rapazes.

[Diapositivo 12]

Como procurámos demonstrar, a percepção que existe da homoparentalidade não corresponde às evidências acumuladas durante quase quatro décadas de investigação, parte dela levada a cabo por alguns dos investigadores aqui presentes, quer no que diz respeito à competência parental de lésbicas e gays, quer no que se refere ao desenvolvimento dos seus filhos.

Saber do que falamos quando falamos de preconceito é importante para desconstruir as representações enviesadas que subsistem, particularmente, por parte daqueles cujo papel é o de cuidar.

Para que essa desconstrução ocorra, é essencial que esta temática seja introduzida nos curricula dos cursos universitários e das formações dos futuros intervenientes da rede social. Só assim estaremos a formar pessoas para lidar com todas as pessoas.

Este desafio deve também ser encarado pelas diversas ordens e associações profissionais. Neste sentido, várias associações profissionais americanas já se pronunciaram e emitiram directrizes de carácter ético para os seus membros, no que diz respeito à defesa dos direitos e não discriminação das famílias homoparentais. Destacam-se, nomeadamente, as tomadas de posição de médicos, psicólogos, psicanalistas, juristas ou assistentes sociais.

Criar uma sociedade mais justa e inclusiva, com implicações para o bem-estar das famílias homoparentais, é uma responsabilidade de todos. Com esta apresentação quisemos sobretudo chamar a atenção para a responsabilidade daqueles cujo papel profissional é o de cuidar.

Muito obrigado.